

jogo que ganha dinheiro de graça

Rodrigo Baptista | 12/05/2023, 09h24

Além do projeto da Lei Geral do Esporte, aprovado na terça-feira (9), outro tema que envolve competições esportivas recebeu a atenção de senadores nos últimos dias: a regulamentação das casas de apostas.

O assunto ganhou força com o avanço da Operação Penalidade Máxima, do Ministério Público de Goiás, que investiga um esquema de manipulação de jogos de futebol através de apostas esportivas.

Mesmo sem um projeto sobre o tema na pauta, parlamentares usaram o espaço do Plenário da Casa para criticar a interferência das apostas no futebol e apontar a necessidade de regulamentação do setor.

O debate foi puxado pelo senador Omar Aziz (PSD-AM) nas sessões de terça-feira (9), durante a votação do projeto da Lei

Geral do Esporte (PL 1.085/2023) Tj T* BT /F1 12 Tf 50 420 Td (825/2023)

- Dificilmente você vê um brasileiro que não torce por algum time.

Mas se nós tomarmos uma posição, o governo não tomar uma posição, o Congresso Nacional não tomar uma posição sobre essas apostas esportivas que estão tendo a ver, vai acabar o futebol, porque estão comprando jogador e vão continuar comprando jogador de futebol.

Isso virou uma esculhamba geral - afirmou Omar na terça.

Autor de um projeto de lei sobre o tema, o senador Jorge Kajuru (PSB-GO) pediu, no mesmo dia, que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, desse andamento ao PL 845/2023.

O texto também foi assinado por Hamilton Mourão (Republicanos-RS).

A proposta prevê que a empresa de apostas tenha pelo menos um filial no Brasil, pague R\$ 20 milhões para uma autorização de cinco anos e recolha impostos devidos sobre as premiações.

Conforme o texto, a casa de apostas também terá que adotar medidas de prevenção do transtorno do jogo compulsivo e de proteção de menores de idade e idosos.

- Presidente Pacheco, nós temos que colocar em pauta esse projeto nosso e dele a gente ser protagonista.

Não precisamos esperar o governo, que promete a medida provis